SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/07/2015 - Teletime

Operadoras apresentarão opções para substituir o aumento do Fistel

As operadoras de telefonia móvel devem apresentar, no prazo de 30 dias, uma alternativa de elevação da receita para o governo ao aumento de 189% do Fistel. As opções poderão incluir o estímulo ao aumento da base de assinantes que, consequentemente, elevaria a arrecadação de impostos.

A proposta saiu da reunião dos presidentes das teles com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Tarcísio Godoy, nesta quinta-feira, 2. Mais cedo, os empresários se reuniram também com o ministro chefe da Casa Civil, Aloísio Mercadante, por quase uma hora. Nos dois encontros, o argumento das teles é de que o setor é capital para o desenvolvimento do País, tanto para empresas como para as pessoas, principalmente para aquelas que pagam menos pelo acesso.

De acordo com o presidente-executivo do SindiTelebrasil, Eduardo Levy, o aumento do Fistel em 189% como tem sido falado ou de menor percentual, por menor que seja, causará um impacto muito grande nas empresas, que deverão reduzir investimentos, e nas pessoas que têm uma renda abaixo de dois salários mínimos, que usam o celular pré-pago. Ele afirma que em nenhuma das audiências os empresários ouviram que já há uma decisão de aumento da taxa, mas também ressalta que não ouviram o contrário. "O que nos deixa confortáveis, de certa forma, é o entendimento por parte das autoridades sobre a complexidade do setor e dos impactos do reajuste", disse.

Levy ressaltou, nas tratativas, que o efeito de uma taxa não pode ser medido apenas por uma conta de multiplicar, especialmente o Fistel, que é uma contribuição fixa, por chip existente e que com a alta pode inviabilizar grande parte da base de assinantes de pré-pagos, em torno de 60%. "Para uma renda média mensal de R$ 5 desses assinantes, que é observada em vários estados do Nordeste, um impacto de R$ 4,64 por mês, que é a previsão de custo com a alta de 189% do Fistel, acaba com esses usuários, já que para se manterem viáveis, terão que arcar com um aumento extraordinário das tarifas", argumenta Levy. Ele disse que esses efeitos sociais "devastadores" têm impressionado o governo.

O combate a um possível aumento do Fistel, no intuito de garantir mais recursos para os cofres públicos, serviu para unir o setor. "Normalmente, temos como interlocutor o Ministério das Comunicações. Desta vez, dada a gravidade do assunto, resolvemos estender essa interlocução para outros segmentos". Disse Levy. Além do Ministério da Fazenda e da Casa Civil, na semana passada as operadoras foram ao Ministério do Planejamento.

Segundo fontes do governo, a alta do Fistel está sendo analisada junto com o reajuste de outras taxas e impostos. O percentual de 189%, por sua vez, foi alcançado pela correção direta da taxa pela variação do IPCA desde 1998, quando essa contribuição foi estabelecida no modelo atual. Até hoje, essa taxa não sofreu qualquer reajuste.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/07/2015 - Instituto Telecom

Telecom é alvo de 56,9% das reclamações no consumidor.gov.br

Em 12 meses de funcionamento, a plataforma de negociações 'consumidor.gov.br', organizada pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, registrou 103,7 mil reclamações. E como se dá desde o lançamento do site, em junho do ano passado, o setor de telecomunicações concentra a maior parte das queixas: 56,9%. Os dados foram divulgados no fim de junho, mas a base é relativa ao período encerrado em maio.

E em telecom, a maioria das reclamações são contra operadoras de TV por assinatura – que concentram 9,3% delas no portal. Em seguida vem telefonia móvel pós paga 8,8%; aparelho celular, 8,6%; telefonia móvel pré-paga, 7,1%; telefonia fixa,7%; cartão crédito/débito/loja, 6,9%; internet fixa, 5,9%; pacote de serviços (combo), 5,1%; internet móvel, 4,3%; televisão, 3,3%

No geral, as reclamações refletem a realidade dos Procons: os temas relacionados a 'cobrança' lideram (34,8%), seguidos por 'contrato/oferta' (21,7%), 'vício de qualidade' (20%), 'atendimento/SAC' (16,5%), 'entrega do produto (5,4%), 'informação' (1,2%) e 'saúde e segurança' (0,5%).

Vale lembrar que a ideia do portal é facilitar negociações diretas entre consumidores e empresas ou oferecer mediações. O sistema funciona em bases "voluntárias" – ou seja, os dois lados devem se cadastrar no site. Até aqui há 110,2 mil consumidores cadastrados e 247 empresas – há um ano esses números eram 19 mil e 127.

A margem de sucesso é bastante razoável. Segundo o balanço da Senacon, 99,7% das reclamações são respondidas, em um prazo médio de 7 dias. Em média, 77,9% dos problemas são solucionados – quadro que leva os consumidores participantes a avaliarem o processo com uma nota média de 3,1, em uma escala de 1 a 5.

Compras realizadas por telefone (28,9%), em lojas físicas (24,3%) e pela internet (23,4%) concentram a grande maioria das reclamações – mas um percentual alto, 18,2%, diz respeito a queixas de quem alega não ter comprado ou contratado qualquer serviço (mas foi cobrado assim mesmo).

Entre as 247 empresas cadastradas, 12 aparecem classificadas no âmbito de 'operadoras de telecomunicações' nos serviços de telefonia, internet e TV por assinatura. As 12 empresas – Oi (fixo e móvel), Claro (fixa, móvel e TV), Tim, Vivo/Telefônica, GVT, SKY, Intelig, Nextel e Copel Telecom – correspondem a sete grupos econômicos distintos.

No campo da internet, apenas três empresas categorizadas como 'provedores de conteúdo e outros serviços' já se cadastraram na plataforma: BuscaPé, ParPerfeito e o Portal Terra (que é do grupo Telefônica, que também aparece, através da Vivo, na lista de operadoras).

No entanto, ainda na rede mundial, outras 37 empresas aparecem em uma categoria à parte de 'comércio eletrônico' – basicamente lojas online como Americanas.com, Casasbahia.com, Extra.com, Ingresso.com, Submarino ou Blockbuster. A categoria com o maior número de empresas, porém, é de 'Bancos, Financeiras e Administradoras de Cartões' – são 46.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/07/2015 - CUT

Unificação do sistema nacional de emprego vai virar lei

Cursos de qualificação, vagas e seguro-desemprego serão oferecidos no mesmo local

A unificação do sistema de atendimento a quem é demitido, reunindo em um só local e momento a concessão do seguro-desemprego, o encaminhamento a cursos de qualificação profissional e a ajuda para encontrar uma nova vaga, vai virar lei. E o governo federal foi convencido a não retirar do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) uma soma aproximada de R$ 20 bilhões, voltada a projetos de geração de emprego e renda.

Essas são duas importantes conquistas do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) na gestão iniciada em agosto de 2013, quando a presidência do Conselho passou a ser exercida pela bancada dos trabalhadores, representada no cargo por Quintino Severo, secretário nacional de Administração e Finanças da CUT.

Ontem, dia 2, Quintino comandou a última reunião do Codefat na condição de presidente. O conselho é tripartite – formado por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo federal – e paritário – as bancadas têm número igual de participantes. Sua presidência é ocupada em sistema rotativo. O Codefat também é deliberativo, o que significa que quando a maioria de seus componentes toma uma decisão por voto, o governo tem o dever de adotá-la.

Sistema público de emprego

Foi assim com a proposta de fortalecer o Sine (Sistema Nacional de Emprego), rede pública à qual cabe atender o trabalhador e trabalhadora no momento em que procuram o seguro-desemprego. A partir de proposta aprovada pelo Codefat, o Sine deve estar equipado para oferecer, de maneira integrada, seguro-desemprego, cursos de qualificação e recolocação no mercado, a partir do banco de vagas disponível.

"A estruturação do Sine dessa maneira é uma proposta antiga nossa, que conseguimos aprovar neste mandato", comenta Quintino. "É uma forma de otimizar os recursos e fazer com que funcionem melhor", completa. Os três mecanismos já existem, mas dispersos no tempo e no espaço. É comum o trabalhador desempregado nem saber da existência de cursos ou de vagas à disposição.

"A unificação é uma medida mais inteligente e honesta do que mexer nas regras do seguro-desemprego", aproveita para criticar Quintino, em referência à medida provisória do governo Dilma que dificultou o acesso ao benefício. "Se o governo ajuda o desempregado a se qualificar e a achar outra vaga, menor o período em que ele precisará do seguro. Isso é investimento que reduz custos", afirma.

O secretário de Administração e Finanças da CUT faz questão de esclarecer que a mudança no seguro-desemprego, por ter sido feito por intermédio de medida provisória, não foi submetida à apreciação do Codefat. "Se tivesse sido, teríamos nos colocado contra".

Essa integração do Sine deve ser agora encaminhada pelo governo federal, seja por medida provisória, seja por projeto de lei. "Nosso entendimento e recomendação é que a entrada em vigor seja urgente", diz Quintino.

Sem corte de verbas

Outra conquista do mandato foi ter impedido a retirada de aproximadamente R$ 20 bilhões do FAT, que o governo pretendia direcionar para programas de estímulos a grandes empresas, via programas de exportação e infraestrutura. Por pressão do Codefat, o dinheiro foi mantido para sua destinação original, prevista em Constituição, que é estimular pequenas e microempresas, microempreendedores e agricultura familiar.

Também por trabalho dessa gestão, o conselho abriu espaço para a participação do fórum nacional dos secretários municipais de trabalho. Com essa medida, acredita Quintino, as demandas específicas das cidades na questão de emprego e renda tornaram-se mais próximas das decisões do Codefat. O presidente do fórum, com assento no conselho, é o ex-presidente da CUT e atual secretário municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Artur Henrique.

Revezes

Houve revezes, também. Um foi o governo ter descolado os reajustes do salário mínimo e do seguro-desemprego, que desde 2013 passou a receber apenas a correção da inflação.

Outro, mais recente, foi o alongamento do prazo para o pagamento do abono salarial do PIS (Programa de Integração Social). Em lugar de pagar em quatro parcelas, como tradicionalmente acontece, o governo passará a repassar o abono em nove. Desde que foi criado, o abono é pago a partir de julho até outubro. Com a mudança anunciada pelo governo, o repasse do dinheiro deste ano só estará completo em março do ano seguinte.

"A medida vai reter recursos no caixa do governo, que poderá usá-lo para aplicações ou gastos diversos, à custa de uma verba que pertence aos trabalhadores e trabalhadoras, e que já faz parte do planejamento daqueles que a recebem", critica Quintino. Em nota divulgada nesta sexta-feira, dia 3, a CUT anunciou que vai pressionar o governo para reverter a decisão.

02/07/2015 - RBA

Produção industrial cresce em maio, depois de três quedas seguidas

Mas o resultado é negativo tanto no acumulado do ano (-6,9%) como em 12 meses (-5,3%). Segmento de veículos automotores acumula retração de 25,5% em relação a 2014

A produção industrial brasileira cresceu 0,6% de abril para maio, depois de três resultados negativos seguidos. Na comparação com maio do ano passado, no entanto, a atividade registra queda de 8,8%, na 15ª retração consecutiva. Segundo o IBGE, que divulgou os dados na manhã de hoje (2), a produção cai 6,9% no acumulado do ano e 5,3% em 12 meses, maior recuo desde dezembro de 2009 (-7,1%).

No mês, o instituto registrou taxa positivas em duas das quatro categorias econômicas pesquisadas e em 14 dos 24 ramos. Entre os setores, os destaques foram outros equipamentos de transporte (8,9%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,1%) e perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (1,9%). Tiveram queda atividades como produtos alimentícios (-1,9%), máquinas e equipamentos (-3,8%) e produtos têxteis (-6,5%). O segmento de veículos automotores, reboques e carrocerias voltou a ter desempenho negativo (-0,5%).

Na comparação com maio de 2014, o IBGE apurou "perfil disseminado de resultados negativos", atingindo as quatro categorias econômicas, 23 dos 26 ramos, 64 dos 79 grupos e 72,4% dos 805 produtos pesquisados – o instituto lembra que este ano o mês teve um dia útil a menos. A principal influência veio da atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias, com queda retração de 25,5%. Também se destacam, entre outros, os desempenhos ruins de produtos alimentícios (-8,7%) e máquinas e equipamentos (-20,8%).

Entre as três atividades com aumento na produção, o principal impacto veio de indústrias extrativas (7,7%).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/07/2015 - RBA

Da utopia igualitarista à perspectiva neoliberal, as razões para o aumento da desigualdade

Constatação acerca do retrocesso distributivo nos países ricos serve de alerta para o Brasil que conseguiu realizar nos anos 2000 um caminho inverso

A utopia igualitarista esteve presente em vários países capitalistas a partir do encerramento da segunda Guerra Mundial (1939-1945). A lembrança constante do horror generalizado pelo conflito armado e da violência do empobrecimento estabelecido pela grande Depressão de 1929 tornou plausível a adoção de inédita redistribuição estatal a partir da diversidade de rendimentos gerados pelo mercado.

Assim, a distribuição primária dos rendimentos da propriedade (lucros, juros, dividendos, aluguéis de imóveis urbanos e rurais, entre outros) e os do trabalho (salário, remuneração, benefícios, soldo, entre outros) proveniente das forças de mercado passou a ser submetida à ação das políticas públicas. De um lado, as intervenções para elevar o rendimento "na base da pirâmide social", como a fixação do salário mínimo e de garantias de remuneração (seguro-desemprego, previdência e assistência social), bem como o acesso universal a bens e serviços públicos (educação, saúde, transporte, moradia, entre outros) que reduziu o custo de vida, sobretudo da população de baixa renda.

De outro, a atuação da tributação que permitiu ampliar a arrecadação para financiar a ação ampliada do Estado, especialmente a partir da progressividade sobre os maiores rendimentos da propriedade e do trabalho. Nesse sentido, os impostos, taxas e contribuições sobre herança e elevadas rendas e fortunas, por exemplo, limitaram a disparidade dos rendimentos "no cume da pirâmide distributiva".

Resumidamente, a desigualdade na repartição da renda reduziu-se consideravelmente em função do estabelecimento de uma redistribuição secundária dos rendimentos pela atual estatal.

Desde os anos de 1980, contudo, a utopia igualitarista foi cedendo lugar à perspectiva neoliberal. O esvaziamento do papel do Estado trouxe em consequência o rebaixamento da redistribuição secundária da renda.

Com o avanço da lógica individualista e do egoísmo dos mercados, mudanças tributárias foram realizadas, reduzindo o peso relativo da contribuição fiscal do "cume da pirâmide social" no financiamento do fundo público. De tal forma que os pobres passaram a ser relativamente mais gravados por impostos, taxas e contribuições.

Da mesma forma, a despesa pública também terminou sendo afetada pelas políticas de austeridade fiscal, que contraíram o gasto social. Com isso, as políticas de apoio ao rendimento "na base da pirâmide social" perderam ênfase, convivendo cada vez mais com a ampliação do contingente de desempregados, pobres e vulneráveis.

A participação do rendimento do trabalho na renda nacional decaiu sensivelmente a partir de então. Entre 1980 e 2012, por exemplo, os salários que representavam 74% em média da renda nacional dos países ricos passaram para 62%, uma queda de 16%.

Por outro lado, o crescimento do desemprego, a prática de políticas antilaborais por governos neoliberais e as novas formas de gestão da mão de obra pelas empresas (remuneração flexível, com metas de produção e vendas) enfraqueceram os sindicatos que perderam filiados e tornaram-se menos eficientes no exercício das negociações coletivas de salários. O resultado foi o aumento na desigualdade entre os salários, como nos Estados Unidos que registrou no período de 1970 e 2013 o crescimento da diferença de 30 para 300 vezes entre a remuneração média de um alto executivo e o salário médio do trabalhador comum.

A constatação acerca do retrocesso distributivo nos países ricos serve de alerta para o Brasil que conseguiu realizar nos anos 2000 um caminho inverso.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/07/2015 - Carta Capital

Cade investiga manipulação de taxas de câmbio

São investigadas empresas como Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, JP Morgan Chase, Merril Lynch e Morgan Stanley; Cartel visaria aumentar o lucro das instituições

Nesta quinta-feira 2, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu investigação sobre suposto cartel na manipulação de índices que servem de referência no mercado de câmbio, tais como o do Banco Central do Brasil (PTAX), do WM/Reuters e do Banco Central Europeu.

A ação, que teria prejudicado as condições e os preços pagos pelos clientes em suas operações de câmbio em favor de aumentar o lucro das instituições, teria ocorrido entre 2009 e 2011, auge da crise financeira internacional. O esquema foi denunciado por um integrante, ainda anônimo, de cartel a partir de um acordo de leniência firmado com o Cade e o Ministério Público Federal.

Além de trinta pessoas físicas, são investigadas as empresas Banco Standard de Investimentos, Banco Tokyo-Mitsubishi UFJ, Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, JP Morgan Chase, Merril Lynch, Morgan Stanley, Nomura, Royal Bank of Canada, Royal Bank of Scotland, Standard Chartered e UBS.

Eles são suspeitos de fixar níveis de preços (spread cambial) e condições comerciais entre instituições financeiras concorrentes, coordenar compra e venda de moedas e propostas de preços para clientes, além de dificultar e impedir a atuação de outros operadores no mercado de câmbio envolvendo a moeda brasileira.

Também foram encontrados indícios de compartilhamento de informações sobre negociações, contratos e preços futuros, ordens de clientes, estratégias e objetivos de negociação, posições confidenciais em operações e ordens específicas, e o montante de operações realizadas. Os acertos eram feitos por meio de chat da plataforma Bloomberg, sistema líder mundial no fornecimento de informações financeiras.

O mercado de câmbio

No mercado de câmbio são realizadas as operações que se referem à compra de uma moeda em troca de outra. Essas operações têm como base a taxa de câmbio, considerada um preço chave da economia, que influencia desde os níveis de consumo interno de um país, como os níveis de investimento, importação e exportação, além de todas as transações financeiras que a tomem por base. Ainda que o real seja a moeda oficial do país, um número considerável de operações cambiais realizadas por entidades brasileiras também são feitas por meio de moedas estrangeiras, como euro, dólar, libra esterlina, franco suíço, dentre outras.

O mercado de câmbio conta ainda com os índices de referência (ou taxas de câmbio de referência), calculados com base nas taxas de câmbio à vista de mercado e publicados periodicamente por entidades públicas e privadas - tais como o Banco Central do Brasil (PTAX), o WM/Reuters e o Banco Central Europeu - em todo o mundo para pares específicos de moedas. Esses índices de referência são usados como parâmetro por empresas multinacionais, instituições financeiras e investidores que avaliam contratos e ativos mundialmente, entre outros.

Os clientes das instituições financeira que executam operações de câmbio são, dentre outros, todos aqueles agentes que periodicamente necessitam realizar operações de compra e venda de moeda, como bancos, fundos de investimentos, pessoas físicas (investidores, turistas), empresas privadas e entidades governamentais, por exemplo. Quando os clientes desejam realizar transações no mercado de câmbio, as instituições financeiras que oferecem esse serviço concorrem entre si para executar a operação, oferecendo um preço competitivo (taxa de câmbio para compra ou para venda de determinada moeda). As operações de câmbio também podem ser feitas com base nos índices de referência.